

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ - BCPREVI**

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO
SETOR PÚBLICO (DCASP)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 *Natureza Jurídica da entidade:* Autarquia Municipal de Assistência Previdenciária do Município de Balneário Camboriú - BCPREVI, órgão público com personalidade jurídica, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sobre o número 07.252.009/0001-39;

1.2 *Domicílio:* estabelecido na Rua Dinamarca nº 175, Bairro Nações na cidade de Balneário Camboriú - Santa Catarina;

1.3 *Natureza das operações e principais atividades da entidade:* Instituído pela Lei Municipal nº 2.421, de 21 de dezembro de 2004, com o objetivo de dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os seus beneficiários, e compreende um conjunto de benefícios que atendam às seguintes finalidades: - “garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, doença, acidente em serviço, idade avançada, reclusão e falecimento; e proteção à maternidade e à família”.

1.4 *Declaração de conformidade:* as demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, observou ainda o elenco de contas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

bem como todas as determinações impostas pelo mesmo, Portarias, Manual e IPCs da Secretaria do Tesouro Nacional, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16) conforme Decreto Municipal n.º 8.380/2016 que dispõe sobre o cronograma de ações para implementação de procedimentos contábeis padronizados que poderá ser revisto no exercício de 2020 para ser harmonizado com o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais aprovado pela Portaria STN n.º 548/2015.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis.

2.1 Base de mensuração utilizada: Os ativos e passivos integrantes do patrimônio público apresentados nas demonstrações contábeis têm por base o custo histórico das transações.

2.2 Novas normas e políticas contábeis: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, incluindo as orientações emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e os padrões estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão este responsável pela padronização das contas em nível nacional.

2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Dos créditos, tributários ou não, por competência, todas as contribuições previdenciárias, tanto retidas do servidor, como as contribuições patronais, dos ativos e inativos, bem como, as parcelas de aportes para cobertura de déficit atuarial foram reconhecidas, mensuradas e evidenciadas por competência durante o exercício.

O reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência foi implantado no exercício de 2017.

O reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis está previsto e implantado de acordo com Decreto Municipal n.º 7.404/2014 e 7.540/2014.

O registro de fenômenos econômicos, independente ou não da execução orçamentária, está previsto e em implantação de acordo com Decreto Municipal n.º 10.089/2020.

A implementação do Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) não foi normatizada pelo Município de Balneário Camboriú até o encerramento do exercício de 2019 e não foi implantado nem está em implantação.

A aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para consolidação das contas nacionais, foi implementada integralmente no exercício de 2015.

3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES DE SUPORTE

De acordo com artigo 15, da Instrução Normativa n.º 20/2015, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), que estabelece critérios para organização e apresentação da prestação de contas anual, normas relativas à remessa de dados, informações e demonstrativos por meio eletrônico e dá outras providências:

“Art. 15. A prestação anual de contas de gestão deve estar acompanhada dos balanços e demonstrativos contábeis exigidos pelas Leis nº 4.320, de 17 de março de 1964, e nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme o caso.

§1º A unidade jurisdicionada deve apresentar os documentos mencionados no caput atualizados em conformidade com as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda.”

Sendo assim, as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) serão elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/1964 atualizadas pela Portaria STN nº 437 e 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) tem como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as DCASP. Tais padrões devem ser observados pela União, Estados, Distrito Federal e municípios, permitindo a evidenciação, a análise e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei n.º 4.320/1964, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000, as quais são:

1. Balanço Orçamentário;
2. Balanço Financeiro;
3. Balanço Patrimonial;
4. Demonstração das Variações Patrimoniais;
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), e
7. Notas Explicativas.

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram atualizadas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

As demonstrações contábeis apresentam informações extraídas dos registros e dos documentos que integram o sistema contábil da entidade.

As demonstrações contábeis conterão a identificação da entidade do setor público, da autoridade responsável e do contabilista.

A divulgação das demonstrações contábeis e de suas versões simplificadas é o ato de disponibilizá-las para a sociedade e compreende, entre outras, as seguintes formas:

1. Publicação na imprensa oficial em qualquer das suas modalidades;
2. Remessa aos órgãos de controle interno e externo, à associações e a conselhos representativos;
3. Disponibilização das Demonstrações Contábeis para acesso da sociedade em local e prazos indicados;
4. Disponibilização em meios de comunicação eletrônicos de acesso público.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e contém informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP. Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários.

3.1 Balanço Orçamentário (Anexo 12)

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial

e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

No Quadro Principal, são apresentadas as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas são apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também é utilizada complementarmente à classificação por natureza.

No Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados, são informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência compõem o Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.

No Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados, são informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. São informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados no exercício anterior.

É importante destacar que em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Essa situação também pode ser causada pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, caso em que esses créditos serão reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência.

O resultado orçamentário apurado no exercício de 2020 foi superavitário na importância de R\$ 61.232.763,50, (sessenta e um milhões, duzentos e trinta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos), 55,4% abaixo do superávit de 2019 que foi de R\$ 110.523.742,56 (cento e dez milhões, quinhentos e vinte e três mil, setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), resultante da diferença entre a execução orçamentária da receita e despesa realizadas (despesas empenhadas), durante o exercício. Este resultado inferior ao ano anterior se deu principalmente pela redução de arrecadação da receita de rendimentos financeiros pelo impacto aos investimentos trazidos pelo novo coronavírus. No exercício foi arrecadado 85,81% das receitas previstas e 90,63% do orçamento das despesas devidamente atualizadas foi empenhado, demonstrando desequilíbrio entre receitas e despesas realizadas, desfavoráveis às receitas. A transferência financeira; não consta no demonstrativo, mas em nota explicativa, como preceitua o capítulo V do MCASP; sendo que em 2020 os valores recebidos foram de R\$ 10.161,87 (dez mil, cento e sessenta e um reais e oitenta e sete centavos), sendo que não houve transferências financeiras concedidas pelo BCPREVI. Essa transferência recebida se refere à reembolso pela Prefeitura de Balneário Camboriú, devido a verbas sucumbenciais pagas à servidor aposentado conforme preceitua a Lei Municipal nº 3.955 de 2016.

As Receitas Patrimoniais de aplicação financeira em 2020 foram arrecadadas 68,23% em relação ao previsto, R\$ 37.680.046,50 (trinta e sete milhões, seiscentos e oitenta mil, quarenta e seis reais e cinquenta centavos). Diferentemente do ano de 2019 que arrecadou 185% do previsto, devido à grande alta do segmento de renda variável, ao qual colaborou para a superação da meta atuarial em 186,59% (meta: 10,59%; resultado: 19,76%). Este ano de 2020, o mercado financeiro foi profundamente impactado pelo novo coronavírus, o que resultou em arrecadação de aplicações financeiras inferiores aos previstos. A meta atuarial que fechou o ano em 10,63%, foi

executada em 5,16%, apenas 48,54% atingida. Porém se analisarmos uma média dos últimos três anos, mesmo com toda a volatilidade do mercado financeiro brasileiro, percebe-se o atingimento da meta atuarial em 111,18% sendo: (meta: 31,14%; resultado: 34,62%).

As Receitas decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS, regulado pela Lei Complementar nº 15 de 01 de julho de 2016, e Decreto regulamentador nº 9.018 de 26 de julho de 2018. A parcela pertinente à este ano teve seu recebimento em apenas 51,6% do estimado, R\$ 11.769.184,34 (onze milhões, setecentos e sessenta e nove mil, cento e oitenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), dos R\$ 22.804.077,43 (vinte e dois milhões, oitocentos e quatro mil, setenta e sete reais e quarenta e três centavos) previstos. O valor de R\$ 11.034.893,09 (onze milhões, trinta e quatro mil, oitocentos e noventa e três reais e nove centavos), não pago em 2020, em virtude do estado de calamidade pública trazido pelo novo Coronavírus - COVID-19, promulgado pelo decreto municipal nº 9.853 de 30 de março de 2020, será objeto de parcelamento no ano de 2021, conforme norma autorizativa, Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 2020, e está registrado no Ativo do BCPREVI, Outros Créditos Previdenciários Parcelados.

Foi recebido a título de compensação previdenciária – COMPREV, o valor de R\$ 500.607,15 (quinhentos mil, seiscentos e sete reais e quinze centavos), 47,76% abaixo do arrecadado em 2019 que foi de R\$ 958.264,20 (novecentos e cinquenta e oito mil, duzentos e sessenta e quatro reais, e vinte centavos), referentes a deferimentos de processos antigos pelo INSS.

Foi arrecadado R\$ 2.665.830,97 (dois milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e trinta reais e noventa e sete centavos), referente a parte pertinente ao BCPREVI da venda da folha de pagamentos da Prefeitura de Balneário Camboriú, para o banco Itaú.

Com relação aos Restos a Pagar, houve uma diminuição do saldo dos RP não processados pelo cancelamento de R\$ 11.515,67 e pagamento de R\$ 95.288,69, e quanto aos RP processados e não processados liquidados houve diminuição no saldo pelo cancelamento de R\$ 84.413,76.

3.2 Balanço Financeiro (Anexo 13)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício. O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

Os Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários) se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Ingressos e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Dispêndios.

O saldo transportado para o exercício seguinte no BCPREVI é de R\$ 601.109.267,36 (seiscentos e um milhões, cento e nove mil, duzentos e sessenta e sete reais e trinta e seis centavos). Uma evolução financeira em relação ao saldo do ano anterior acima de 54 (cinquenta e quatro) milhões de reais, em virtude do superávit financeiro do exercício. O Balanço Financeiro demonstra que no exercício foram inscritas Obrigações a Pagar para o exercício seguinte na ordem de R\$ 502.882,56 (quinhentos e dois mil, oitocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), e baixados via pagamentos em R\$ 714.149,37 (setecentos e quatorze mil, cento e quarenta

e nove reais, e trinta e sete centavos), entre processados e não processados de restos a pagar de exercícios anteriores.

3.3 Balanço Patrimonial (Anexo 14)

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. As contas do ativo estão dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade enquanto as contas do passivo estão dispostas em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

3.3.1 Patrimônio Líquido

O Resultado Patrimonial do exercício apresenta Déficit de 500.568.730,72 (quinhentos milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, setecentos e trinta reais e setenta e dois centavos), 716,27% abaixo do resultado do ano anterior de Superávit de 69.885.248,66 (sessenta e nove milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e seis centavos), conforme verificado no Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais, isso em decorrência da atualização da Provisão Matemática

Previdenciária, oriundo do Estudo Atuarial de 2020, data base 2020. O resultado encontrado no citado estudo atuarial foi deficitário em R\$ 412.865.553,98 (quatrocentos e doze milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e três reais e noventa e oito centavos), equacionado com a aprovação da Lei Complementar Municipal nº 15 de 2016, e regulamentado pelo Decreto municipal nº 9.018 de 26 de julho de 2018. Há um saldo credor de resultados de exercícios anteriores de 86.579.451,88 (oitenta e seis milhões, quinhentos e setenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos), que somado ao Resultado do Exercício, apresenta o Resultado Acumulado deficitário em R\$ 413.989.278,84 (quatrocentos e treze milhões, novecentos e oitenta e nove mil, duzentos e setenta e oito reais e oitenta e quatro centavos).

3.3.2 Créditos a Curto Prazo

Estes valores se referem, em grande parte, a saldos a receber de contribuições previdenciárias e saldo de aportes para cobertura de déficit atuarial, conforme tabela abaixo:

Contribuições Retidas do Servidor – Ente	526.429,65
Contribuições Patronais - Ente	1.380.771,14
Contribuições Retidas do Servidor - Educação	1.520.483,52
Contribuições Patronal - Educação	2.027.938,90
Contribuições Retidas do Servidor - Câmara de Vereadores	335,43
Encargos s/apropriação de férias e 13º salário - Ente	1.561.705,45
Encargos s/apropriação de férias e 13º salário - F.Saúde	1.128.930,30
Encargos s/apropriação de férias e 13º salário - EMASA	139.284,62

Encargos s/aprop.de férias e 13° salário - Câmara Vereadores	113.935,90
Encargos s/aprop.de férias e 13° salário - Fund.Cultural BC	3.884,68
Encargos s/aprop.de férias e 13° salário - Funservir	16.332,46
Contribuições Patronal - Funservir (saldo 2011)	74,06
Encargos s/aprop.de férias e 13° salário - BCTRAN	64.614,24
Encargos s/aprop.de férias e 13° salário - BCPREVI	630,13
Depósitos Judiciais	15.113,08
Contribuição Aportes Periódicos ano de 2020	11.034.893,09
TOTAL	19.535.356,65

3.3.3 Investimentos de Aplicações temporárias em curto prazo

O total dos recursos financeiros aplicados junto ao mercado financeiro ao final de 2020 é de **R\$ 601.094.117,39** (seiscentos e um milhões, noventa e quatro mil, cento e dezessete reais e trinta e nove centavos); e está composta conforme tabela abaixo.

SEGUIMENTO	VALOR	Enquadramento na Resolução CMN 3.922/2010, 4.604/2017 e 4.695/2018
Fundos de Investimentos em Renda Fixa	R\$ 158.308.810,18	Art. 7º, inciso IV “a”
F.I. em Renda Fixa Crédito Privado	R\$ 1.933.833,78	Art.7º, inciso VII, alínea “b”
F.I. em Títulos do Tesouro	R\$ 243.036.637,72	Art. 7º inciso I, alínea “b”
Total Renda Fixa	403.279.281,68	67,09% da carteira
Fundo de Ações referenciados	R\$ 28.089.369,12	Art. 8º, Inciso I, “a”
Fundo de Investimentos em Ações	R\$ 155.456623,81	Art. 8º, inciso II, “a”

Fundo de Investimentos Multimercados	R\$ 11.404.748,24	Art. 8º, inciso III
Fundo Investimentos em Participações	R\$ 1.102.117,03	Art. 8º, inciso IV,, “a”
Fundo de Investimentos Imobiliários	R\$ 1.761.977,51	Art. 8º, inciso IV, “b”
Total Renda Variável	197.814.835,71	32,91% da carteira

3.3.4 Imobilizado

Composto somente de Bens Móveis no valor de R\$ 254.398,37 (duzentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e noventa e oito reais e trinta e sete centavos). As taxas de depreciação utilizadas são as fixadas pelo município através do Decreto nº 10.089 de 06 de outubro de 2020. Sendo que até o exercício atual o saldo em depreciação acumulada é de R\$ 36.076,22 (trinta e seis mil, setenta e seis reais e vinte e dois centavos), representando 14,18% do saldo dos Bens Móveis.

Visando atender ao disposto no MCASP, 5ª edição, parte II, bem como aos prazos determinados no Art. 6º da Portaria STN nº 437, de 12 de Julho de 2012, foi realizado em 2017 a reavaliação e mensuração dos bens móveis do BCPREVI.

3.3.5 Obrigações Trab., Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo

Nesta rubrica houve uma relevante diminuição de seu saldo em relação ao exercício anterior, 31,24%. E seus valores mais relevantes se dão pela liquidação dos valores de benefício previdenciários, auxílio doença, salário maternidade e salário família referentes à dezembro de 2020, somente pagos no início de 2021.

3.3.6 Provisões a Longo Prazo

O saldo na rubrica de provisões a longo prazo refere-se à Provisão Matemática Previdenciária oriunda do estudo atuarial de 2020 data base 2020, o qual apresentou Déficit Atuarial de R\$ 412.865.553,98 (quatrocentos e doze milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e três reais e noventa e oito centavos), resultado este ainda carente de processo legislativo, (lei e decreto), visto o tempo escasso para este processo e, assim registrado por exigência do TCE-SC (Tribunal de Contas de Santa Catarina). O resultado atuarial do ano anterior 2020, ano base 2019, foi equacionado com a aprovação da Lei Complementar Municipal nº 15 de 2016, e regulamentado pelo Decreto municipal nº 10.203 de 18 de dezembro de 2020. Abaixo tabela com a evolução dos resultados atuariais dos últimos anos:

Referência	Valor
2016 data base 2015	-239.232.751,09
2017 data base 2016	-156.622.074,79
2018 data base 2017	-49.338.311,28
2019 data base 2018	-30.475.001,25
2020 data base 2019	150.240.914,88
2020 data base 2020	-412.865.553,98

3.3.7 Superávit Financeiro

Durante o exercício foi apurado Superávit Financeiro na ordem de R\$ 600.484.737,29 (seiscentos milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil,

setecentos e trinta e sete reais e vinte e nove centavos), 10,05% acima do exercício anterior, isso, em decorrência das obrigações mais relevantes do BCPREVI estarem registrado no Permanente, Provisões Matemáticas Previdenciárias, Exigíveis no Longo Prazo como preceitua o MCASP.

3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP permite a análise das alterações dos elementos patrimoniais e do desempenho da administração pública.

O resultado patrimonial do período foi apurado pelo confronto entre as variações ativas e variações passivas sendo deficitário no montante de R\$ 500.568.730,72 (quinhentos milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, setecentos e trinta reais e setenta e dois centavos), significativamente menor que o resultado do exercício anterior (716%), que foi superavitário de R\$ 69.885.248,66 (sessenta e nove milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e seis centavos). No saldo da rubrica Transferências Intra-governamentais há R\$ 22.804.077,43 (vinte e dois milhões, oitocentos e quatro mil, setenta e sete reais e quarenta e três centavos) que se refere a parcela anual recebida a título de equacionamento de déficit atuarial amortizado, conforme Decreto Municipal 9.018/2018. Porém, deste valor R\$ 11.034.893,09 (onze milhões, trinta e quatro mil, oitocentos e noventa e três reais e nove centavos), referente às parcelas mensais de julho a dezembro de 2020, não foram recebidas em

2020, e serão re-parceladas em 2021. No saldo na rubrica, Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas, inclui-se as arrecadações recebidas do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, em virtude da Compensação Previdenciária – COMPREV, no montante de R\$ 544.441,58 (quinhentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e um reais e cinquenta e oito centavos). Os valores constantes nas rubricas Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas dentro das VPAs, bem como a rubrica VPD de Constituição de Provisões, dentro das VPDs, referem-se à contabilização da atualização da Provisão Matemática Previdenciária trazida pelo novo estudo atuarial de 2020, data base 2020. A rubrica Desincorporação de Passivos compõe-se dos cancelamentos de restos a pagar, no montante de R\$ 84.413,76 (oitenta e quatro mil, quatrocentos e treze reais e setenta e seis centavos). Dentro das VPDs, na rubrica de Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas, estão contabilizados os Rendimentos Negativos em Aplicações Financeiras além dos valores positivos, ou seja, que superaram os valores das receitas no exercício, assim como preceitua o TCE-SC, na Tabela de eventos contábeis, (2.78.4), no montante de R\$ 6.491.590,22 (seis milhões, quatrocentos e noventa e um mil, quinhentos e noventa reais e vinte e dois centavos). O saldo de R\$ 2.162.955,61 (dois milhões, cento e sessenta e dois mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e um centavos) nas VPDs, Tributárias, refere-se ao montante de PASEP pago no ano.

Justifica-se a redução neste exercício no Resultado Patrimonial do Período, pela contabilização da atualização da provisão matemática, em decorrência do resultado do estudo atuarial de 2020, ano base 2020, o qual foi muito inferior ao anterior, que trouxe superávit de cento e cinquenta milhões, e agora, um déficit de mais de quatrocentos e doze milhões, uma variação negativa de 374%.

3.5 Demonstrações do Fluxo de Caixa (Anexo 18)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

O Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações foi superavitário em R\$ 60.939.587,03 (sessenta milhões, novecentos e trinta e nove mil, quinhentos e oitenta e sete reais e três centavos), 45,32% abaixo do resultado do exercício anterior que foi de R\$ 111.450.287,70 (cento e onze milhões, quatrocentos e cinquenta mil, duzentos e oitenta reais e setenta centavos), isso, em virtude da baixa arrecadação com rendimentos de aplicação financeira, se comparado ao ano anterior. As atividades de Investimentos apresentaram déficit de R\$ 13.122,00 (treze mil, cento e vinte e dois reais), referente a aquisição de bens móveis, sem que houvesse qualquer ingresso desta natureza. Não houve operações de atividades de financiamentos. A geração líquida de Caixa e Equivalente de Caixa foi de R\$ 60.926.465,03 (sessenta milhões, novecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e três centavos). Um decréscimo de 54,8%

em relação ao ano anterior. O Caixa e equivalente de caixa final é de R\$ 607.585.744,50 (seiscentos e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos), aumento de 10,15% em relação ao saldo de 2019.

Balneário Camboriú - SC, dezembro de 2020.

JONATHAN LAURO ROSSI MACHADO
Diretor Presidente
BCPREVI

ROGÉRIO KUNZLER
Diretor financeiro
BCPREVI

SIDNEI LUIZ RIQUETTA
Contador – BCPREVI
CRC/SC 029.989/O-1